

CONTRATO DE SOCIEDADE DO BANCO BPI, S.A.

Capítulo I Firma, sede e objecto social

Artigo 1º

A sociedade adopta a firma BANCO BPI, S.A.

Artigo 2º

1. A sede social é no Porto, na Rua Tenente Valadim, número duzentos e oitenta e quatro.
2. Por simples deliberação do Conselho de Administração:
 - a) a sede pode ser transferida dentro do mesmo concelho;
 - b) podem ser abertos ou encerrados, em território nacional ou, no estrangeiro, sucursais, agências, estabelecimentos ou quaisquer outras formas de representação.

Artigo 3º

1. O objecto da sociedade é o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.
2. A sociedade pode participar em contratos de associação em participação, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico e, bem assim, adquirir, originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada e participações em sociedades de responsabilidade ilimitada, qualquer que seja o respectivo objecto e mesmo se sujeitas a leis especiais.

Capítulo II Capital social, acções e obrigações

Artigo 4º

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de setecentos e sessenta milhões de Euros, dividido em setecentos e sessenta milhões de acções de um Euro cada.

Artigo 5º

1. As acções são todas nominativas e têm a natureza escritural.
2. Mediante deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria de dois terços dos votos expressos, poderá ser consentida a conversão das acções nominativas em acções ao portador, se tal for permitido pela lei ao tempo em vigor.
3. Verificando-se a hipótese prevista no número anterior, o custo da conversão de acções nominativas em acções ao portador, e destas naquelas, será suportado pelos accionistas que requererem tais conversões.

Artigo 6º

A sociedade poderá emitir acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não.

Artigo 7º

1. Os accionistas terão direito de preferência na subscrição das acções representativas dos aumentos de capital por entradas em dinheiro, salvo se tal direito for limitado ou suprimido por deliberação da Assembleia Geral que delibere o aumento de capital, pela maioria exigida por lei e com fundamento no interesse social.
2. Com parecer favorável do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração poderá deliberar aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, até ao montante de setecentos e noventa e oito milhões setenta e seis mil seiscientos e trinta e cinco euros e trinta e um cêntimos.
3. A autorização conferida no número anterior é válida pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovada, nos termos legais e por uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 8º

1. A sociedade poderá emitir qualquer tipo de dívida legalmente permitido, designadamente obrigações convertíveis em acções e obrigações com direito a subscrever acções.
2. A deliberação de emissão de obrigações cabe ao Conselho de Administração, salvo tratando-se de obrigações convertíveis em acções e de obrigações com direito a subscrever acções, cuja emissão é da competência exclusiva da Assembleia Geral.
3. A sociedade poderá emitir warrants autónomos sobre valores mobiliários próprios, nos termos previstos na lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas.

Artigo 9º

1. O Conselho de Administração poderá realizar sobre acções e obrigações próprias todas as operações permitidas por lei, uma vez obtidas as autorizações para tanto necessárias.
2. Enquanto permanecerem na titularidade da sociedade ficarão suspensos todos os direitos sociais inerentes às acções próprias, excepto o direito a receber novas acções no caso de aumento de capital por incorporação de reservas, salvo deliberação dos accionistas em contrário.

Capítulo III Órgãos Sociais

Artigo 10º

São órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Secção I - Assembleia Geral

Artigo 11º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito de voto.

2. Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não poderão assistir às reuniões da Assembleia Geral.
3. Os accionistas que não possuam o número mínimo de acções necessário para terem direito de voto poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.
4. Os accionistas com direito de voto poderão fazer-se representar por outro accionista ou por qualquer pessoa que lei imperativa declare hábil para esse efeito; as sociedades serão representadas por quem para o efeito designarem.
5. Todas as representações previstas nos números anteriores serão comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, com a assinatura legalmente reconhecida ou certificada pela sociedade, entregue na sede social até às dezoito horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a reunião da Assembleia Geral.

Artigo 12º

1. Tem direito de voto o accionista titular de, pelo menos, mil acções, inscritas em seu nome em conta de registo de valores mobiliários no décimo quinto dia anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral, comprovando tal inscrição perante a sociedade, até às dezoito horas do quinto dia útil anterior ao designado para a reunião.
2. Em caso de suspensão da assembleia geral, e sempre que o intervalo entre a sessão inicial e a nova sessão seja superior a quarenta dias, só poderão participar e votar na nova sessão os accionistas que, relativamente à data desta última, satisfizerem os requisitos fixados no número anterior.
3. A cada mil acções corresponde um voto.
4. Não são contados os votos:
 - a) emitidos por um só accionista, em nome próprio e também como representante de outro ou outros, que excedam doze e meio por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;
 - b) emitidos por um só accionista, por si e também como representante de outro ou outros, e por pessoas que com ele se encontrem em qualquer uma das relações previstas no artigo 346º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários e que excedam, no seu conjunto, doze e meio por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.
5. Verificando-se a situação prevista na alínea b) do número anterior, a redução de votos far-se-á proporcionalmente ao número de votos que a cada um dos accionistas caberia se não houvesse tal redução.

Artigo 13º

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral e que poderão não ser accionistas, e ainda pelo Secretário da sociedade.

Artigo 14º

1. Ao Presidente da Mesa compete convocar a Assembleia Geral para reunir nos termos legais, a fim de deliberar sobre as matérias que sejam da competência da Assembleia Geral anual e, ainda, para

tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade que sejam expressamente indicados na respectiva convocatória.

2. O Presidente da Mesa deverá convocar extraordinariamente a Assembleia Geral sempre que tal lhe seja solicitado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por accionistas titulares de acções correspondentes ao número mínimo imposto por lei imperativa e que lho requeiram em carta com as assinaturas legalmente reconhecidas ou certificadas pela sociedade em que se indiquem, com precisão, os assuntos que deverão constituir a ordem do dia e se justifique a necessidade de reunir a Assembleia Geral.
3. Os accionistas que preencham os requisitos referidos no número anterior e pretendam requerer a inclusão de assuntos na ordem do dia de uma reunião já convocada deverão fazê-lo nos cinco dias posteriores à última publicação do aviso convocatório, por carta dirigida ao Presidente da Mesa, com a respectiva assinatura legalmente reconhecida ou certificada pela sociedade, indicando com precisão esses assuntos e justificando a necessidade da sua inclusão na ordem do dia.
4. A Assembleia Geral convocada a requerimento de accionistas nos termos do número dois, não se realizará e não serão discutidos os assuntos incluídos na ordem do dia nos termos do número três, se não estiverem presentes requerentes dessa convocatória, ou dessa inclusão, que sejam titulares de acções que totalizem, no mínimo, o valor exigido para o efeito.
5. A exigência de a acta ser lavrada por notário, quando a lei a permita, deverá ser formulada em carta dirigida ao Presidente da Mesa e com a assinatura legalmente reconhecida, entregue na sede social até às dezoito horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a reunião da Assembleia Geral.

Secção II - Conselho de Administração

Artigo 15º

1. O Conselho de Administração é constituído por um número ímpar de membros, no mínimo de onze e no máximo de vinte e três, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designará o presidente e, se assim o entender, um ou mais vice-presidentes.
2. Sendo eleita uma pessoa colectiva, a ela caberá nomear uma pessoa singular para exercer o cargo em nome próprio, e bem assim substituí-la em caso de impedimento definitivo, de renúncia ou de destituição por parte da pessoa colectiva que a nomeou.

Artigo 16º

1. Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade.
2. No exercício dos poderes de gestão da sociedade, compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social e, designadamente:
 - a) representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, instaurar e contestar quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções e comprometer-se em árbitros;
 - b) adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos;

- c) deliberar, nos termos do n.º 2 do artigo terceiro, sobre a participação da sociedade no capital social de outras sociedades e em contratos de associação em participação, em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico;
 - d) constituir mandatários para a prática de determinados actos, ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.
3. Para regular o seu funcionamento interno o Conselho de Administração:
- a) cooptará administradores para o preenchimento das vagas que venham a ocorrer;
 - b) poderá delegar numa comissão executiva, composta por três a nove membros, a gestão corrente da sociedade, com os limites que vierem a ser fixados na deliberação que proceder a esta delegação;
 - c) designará um Secretário da Sociedade e um Secretário suplente;
 - d) dotar-se-á de um regulamento interno de funcionamento e aprovará o regulamento de funcionamento da Comissão Executiva que designar.
4. Cabe ao Presidente coordenar a actividade do Conselho, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das suas deliberações.

Artigo 17º

1. O Conselho de Administração reunirá pelo menos trimestralmente e sempre que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a solicitação de dois administradores ou de qualquer membro do Conselho Fiscal.
2. As reuniões serão convocadas por escrito, com a antecedência mínima de dez dias, e da convocatória constará a ordem de trabalhos da reunião.
3. O Conselho de Administração só poderá validamente deliberar estando presente ou representada a maioria dos seus membros.
4. Qualquer membro do Conselho de Administração pode fazer-se representar por outro membro do Conselho de Administração, mediante carta mandadeira que não poderá ser utilizada mais do que uma vez, mas nenhum deles poderá representar, em cada reunião, mais de um membro.
5. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes e representados, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 18º

1. Havendo Comissão Executiva, dela farão parte um Presidente e, se tal for entendido conveniente, um ou mais Vice-Presidentes, designados, tal como os restantes membros, pelo Conselho de Administração.
2. Se dela fizer parte, o Presidente do Conselho de Administração será sempre o Presidente da Comissão Executiva.
3. A Comissão Executiva reunirá, por convocação do seu Presidente, sempre que o exijam os interesses da sociedade e pelo menos uma vez por mês.
4. A Comissão Executiva só poderá deliberar estando presente a maioria dos seus membros, não sendo admitida a representação.
5. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria absoluta de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

6. Cabe ao Presidente coordenar as actividades da Comissão Executiva, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das deliberações.
7. O Presidente do Conselho de Administração, quando não presida à Comissão Executiva, terá sempre direito a participar nas suas reuniões, sem direito de voto.

Artigo 19º

Serão lavradas actas das reuniões, tanto do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva, registadas em livros próprios, a cargo do Secretário da sociedade.

Artigo 20º

A Sociedade fica vinculada pelos negócios jurídicos concluídos

- a) pela maioria dos membros do Conselho de Administração;
- b) por dois membros da Comissão Executiva;
- c) por um membro da Comissão Executiva agindo conjuntamente com um mandatário, ou por dois mandatários, dentro dos limites fixados no respectivo instrumento de mandato;
- d) por um mandatário constituído para a prática de acto certo e determinado.

Secção III - Conselho Fiscal

Artigo 21º

1. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral, é composto por três ou cinco membros efectivos, um dos quais será o Presidente, e por um membro ou dois membros suplentes.
2. Um dos membros efectivos e um dos membros suplentes serão obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Artigo 22º

1. Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a actividade da sociedade, vigiando pela observância da lei e dos estatutos, elaborar relatório sobre a sua actuação e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas e sobre a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.
2. Compete em especial ao revisor oficial de contas que for membro do Conselho Fiscal proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação de contas.

Capítulo IV

Aplicação de resultados

Artigo 23º

1. O ano social coincide com o ano civil.
2. Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a seguinte aplicação:
 - a) a percentagem que a lei mande afectar obrigatoriamente ao fundo de reserva legal;
 - b) o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das acções preferenciais que a sociedade porventura haja emitido;

- c) o restante para dividendo a todos os accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar, por simples maioria, afectá-lo, no todo ou em parte, à constituição ou reforço de quaisquer reservas ou destiná-lo a outras aplicações específicas do interesse da sociedade.

Artigo 24º

No decurso de cada exercício a sociedade poderá distribuir aos seus accionistas adiantamentos sobre os lucros, uma vez observadas as disposições legais aplicáveis.

Capítulo V

Disposições Gerais

Artigo 25º

1. Os titulares dos órgãos sociais eleitos terão uma remuneração fixa, podendo os membros da Comissão Executiva auferir, para além da remuneração fixa, uma remuneração variável, correspondente a uma participação nos lucros consolidados do exercício que, no conjunto de todos eles, não excederá cinco por cento.
2. A remuneração dos titulares dos órgãos sociais eleitos será fixada por uma Comissão de Remunerações composta por três accionistas eleitos trienalmente pela Assembleia Geral, os quais elegerão de entre eles o Presidente que disporá de voto de qualidade.

Artigo 26º

1. Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição.
2. Os eleitos consideram-se empossados logo após a eleição e permanecerão no exercício das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.
3. Os administradores que forem membros da Comissão Executiva cessarão funções nesta Comissão uma vez aprovadas as contas respeitantes ao exercício em que completaram sessenta e dois anos.

Artigo 27º

1. A alteração dos presentes estatutos carece da aprovação de dois terços dos votos expressos em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
2. A alteração dos números quatro e cinco do artigo décimo segundo, do número um do artigo vigésimo oitavo, bem como deste número dois, carece da aprovação de setenta e cinco por cento dos votos expressos.

Artigo 28º

1. A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou mediante deliberação tomada em Assembleia Geral por maioria qualificada de setenta e cinco por cento dos votos expressos.
2. A liquidação da sociedade ficará a cargo de uma comissão liquidatária constituída pelos membros da Comissão Executiva em exercício à data da dissolução, salvo se a Assembleia Geral que votar a dissolução deliberar diferentemente.

Capítulo VI
Disposições transitórias

Artigo 29º

1. O regime de reforma dos Directores, aprovado pelo Conselho Geral em sua deliberação de 25 de Julho de 1995, mantém-se em vigor com respeito às pessoas por ele abrangidas, aplicando-se aos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração o regime aí fixado para os Directores.
2. Cabe à Comissão de Remunerações o exercício das funções atribuídas naquela deliberação ao Conselho Geral, designadamente o poder de modificar a todo o tempo esse regime de reforma, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos.